

A IMPORTÂNCIA DO CAIXA NA AUDITORIA FISCAL

José Silvério Lemos

Contador

Agente de Tributos Estaduais da Secretaria da Fazenda do ES

**Aluno do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências
Humanas de Vitória**

Vitória

Novembro de 2000

A IMPORTÂNCIA DO CAIXA NA AUDITORIA FISCAL

RESUMO

A auditoria de caixa e bancos permite ao auditor em apenas um tipo de levantamento uma visão global do movimento comercial da empresa. A importância dos procedimentos relativos a esta parte do ativo é cada vez mais reconhecida pelas empresas e investidores e tem levado a Contabilidade a atribuir ao demonstrativo dos fluxos de caixa um realce crescente. Essa importância também é reconhecida pela auditoria fiscal , que tem nos levantamentos da conta caixa e bancos um dos instrumentos mais reveladores sobre a real situação das receitas da empresa. Faz-se uma analogia das receitas da empresa com a figura de um iceberg.

INTRODUÇÃO

A auditoria contábil-fiscal para verificação do correto recolhimento dos impostos geralmente é dependente do *feeling* profissional do auditor encarregado da tarefa. Tratando-se de auditoria onde o maior número possível de verificações é desejável , fica evidente que a criteriosa seleção dos levantamentos a realizar, é tarefa condicionante para o sucesso desses trabalhos. Porém , na prática muitas vezes , têm-se verificado pouco uso de metodologias e roteiros a seguir , resultando em resultados aquém do esperado. O levantamento das disponibilidades de forma correta , proporciona ao auditor fiscal uma visão abrangente do movimento comercial da empresa auditada. Comparando-se o universo de receitas de uma entidade a um *iceberg* , bloco de gelo flutuante , podemos ter uma exata noção da importância do conhecimento desse movimento. Se a entidade declara corretamente suas receitas

em sua contabilidade , podemos imaginar seu caixa como um iceberg totalmente flutuante. Mas, se parte dessas receitas é sonegada , podemos dizer, com o uso da imaginação , que esse iceberg se apresenta parcialmente submerso. Onde as receitas ocultas ou não declaradas constituem a parte submersa do bloco. Levantar , mensurar e comprovar esse caixa oculto é tarefa do auditor fiscal como veremos a seguir.

A AUDITORIA CONTÁBIL-FISCAL

A fiscalização tributária no Brasil é exercida por um quadro de agentes fiscais bastante heterogêneo em sua composição. Não há a exigência por parte das administrações fazendárias , de que tais profissionais tenham formação específica . Na ausência de um roteiro definido de fiscalização de empresas , o que se nota é a diversidade de procedimentos e atitudes verificadas durante os trabalhos. Devido ao ambiente variado de capacidades e habilidades demonstrado pelos agentes , a adoção de um modelo ou roteiro uniforme de procedimentos de auditoria poderia ser útil aos fiscais. Normalmente as técnicas de auditoria mais utilizadas no dia a dia são: conferência aritmética; inspeção de documentos ; exames e contagens físicas; circularização; averiguação.

Na conferência aritmética , os auditores fiscais efetuam uma verificação dos valores lançados nos livros fiscais com o intuito de assegurar-se de que os valores dos documentos fiscais tanto de entradas quanto de saídas estão corretamente lançadas nos livros fiscais e contábeis. Na inspeção de documentos ,é verificada a idoneidade da documentação apresentada. Normalmente são verificadas as características intrínsecas e extrínsecas das notas fiscais, livros fiscais e contábeis e documentos em geral. A averiguação , que é uma modalidade muito interessante de ser trabalhada na auditoria convencional , encontra dificuldades de aplicação na auditoria fiscal , visto que freqüentemente a própria gerência limita e restringe a conversa com os auditores.

No caso dos exames e contagem física , tal é feito em levantamento de estoques quando o auditor conta todo o estoque da empresa a fim de se verificar o movimento de entradas e saídas , apurando-se a regularidade da emissão de notas fiscais. Quanto à circularização , é muito usada para certificar a correção das notas fiscais. Nas entradas por exemplo , que implicam em saídas de dinheiro do caixa e também créditos do imposto , o auditor de posse das notas fiscais procura a empresa emitente para certificar-se da idoneidade e correção daquelas notas fiscais.



A IMPORTÂNCIA DO CAIXA

Uma das alternativas ao *modus-operandi* atual da auditoria fiscal , seria uma maior concentração na escrita contábil das empresas. Esses exames , não podem prescindir de um levantamento financeiro. O auditor precisa ter essa visão global do conceito de disponibilidade financeira da entidade. A metáfora do *iceberg* já referida linhas atrás , como representação desse universo para onde convergem quase todas as operações da empresa , contribui para que se tenha uma síntese do mundo do caixa da empresa , entendido aqui em seu sentido mais amplo , englobando as contas de disponibilidades. Com essa idéia do *iceberg* , pretendemos reduzir o campo de visão para facilitar o raciocínio e conduzir o auditor a manipular os dados no sentido de tornar mais acessível seu levantamento. Através do levantamento financeiro, é dado ao

auditor a oportunidade de em apenas uma investigação fazer um diagnóstico próximo da realidade para toda a entidade. A título de comparação, examinemos o levantamento físico de estoques conhecido como auditoria dos estoques. Esse levantamento, é mais difícil de operacionalizar devido ao volume de trabalho que deve ser realizado com o processamento de milhares de notas fiscais de entradas e saídas. No levantamento financeiro também ocorrem dificuldades e nesse caso, as maiores dificuldades são de ordem legal como o sigilo bancário. Para que se tenha bom aproveitamento nesse levantamento, a condição principal é que o auditor consiga reunir o maior número possível de comprovantes, realmente representativos do total de pagamentos feitos pela empresa. E aqui resumimos nossa idéia sobre o “caixa-dois” da entidade. Talvez seu dimensionamento correto muitas vezes seja tarefa difícil até mesmo para o próprio dono do negócio. Muitas vezes apenas “arranhamos” parte do *iceberg* submerso. O tamanho dessa parte submersa é uma incógnita. Por meio dos levantamentos dos pagamentos, cotejando-os com as receitas declaradas podemos finalmente detectar uma parte desse *iceberg*. Apenas uma parte, porque mesmo que reuníssemos todos os pagamentos e conseguíssemos comprová-los – tarefa difícil – ainda assim, não estaríamos mensurando todo o bloco em virtude de:

- I- Não mensuração da parcela de lucro auferida pela empresa e mais ainda, de prova-la de forma a ser aceita pelas cortes julgadoras.

- II- A empresa pode optar por sonegar apenas a parte referente ao lucro, administrando as receitas declaradas de forma a cobrir apenas os pagamentos. Nesse caso nosso levantamento financeiro não lograria localizar o “estouro” do caixa pois não haveria saldo credor, apenas saldo zero.

O INÍCIO DA AUDITORIA

Antes de iniciar a auditoria é recomendável que o auditor conheça a empresa. Para isso , as primeiras visitas devem servir como oportunidade de observação dos diversos aspectos que influenciam o movimento comercial. A aparência externa da empresa , sua movimentação , seu fluxo de clientes. Esses detalhes são muito importantes e nessas observações , muitos subsídios podem ser colhidos pelo auditor. Os clientes recebem os cupons fiscais de suas compras ? Isso permite que os primeiros indícios de omissão de receitas sejam detectados ao vivo pelo auditor fiscal , quando discretamente observará o cumprimento das obrigações por parte da empresa. Essas observações podem dar ao auditor a direção a seguir em sua fiscalização. Essa visita possibilita um conhecimento prévio da entidade e uma visão superficial de seu funcionamento, que depois poderá ser comprovada pelo profissional. Além do cuidado para com suas obrigações fiscais , outros detalhes podem ser anotados. Como por exemplo , o quadro de funcionários , seu número , se demonstram satisfação no desempenho de suas atividades. Poderá ser observado se a empresa atende as orientações emanadas da Previdência Social , afixando em local visível o quadro de funcionários. Esses detalhes são peças que ajudarão a compor a imagem da empresa na avaliação do auditor fiscal e poderão auxiliá-lo a nortear a fiscalização.

OS EXAMES FISCAIS

Na execução de suas tarefas fiscais , o auditor deverá atentar logo no início de seus trabalhos , em qual dos grupos abaixo , poderá enquadrar a entidade:

- I- Empresas sem contabilidade organizada
- II- Empresas com contabilidade organizada

Após efetuar esse enquadramento informal , passemos então ao trabalho propriamente dito.

Empresas sem contabilidade organizada

Nesse tipo de empresa , o auditor deverá proceder ao levantamento do caixa de forma analítica , ele mesmo montando os dados. Para isso , será necessária a coleta do maior número possível de comprovantes de pagamento por parte da empresa sob fiscalização. Depois de reunido o material , será necessária sua separação em dois grupos: pagamentos e recebimentos. Nunca é demais lembrar que o sucesso desta auditoria depende da persistência do auditor em pesquisar e levantar os pagamentos feitos pela empresa. Quanto maior o volume de pagamentos levantados , mais próximo se chegará ao movimento financeiro real da entidade. Aqui , mais que em qualquer outra auditoria , temos de ter bem presente a visualização do *iceberg* como metáfora da situação de muitas empresas. A parte visível , consideramos como a parte legal , declarada e oferecida á tributação. Mas a parte submersa possui um tamanho real que é difícil mensurar. Por isso insistimos na tese de que quanto maior for o volume dos pagamentos detectados , melhor. Em seu mister , o auditor intimará a empresa a apresentar toda a sua documentação de pagamentos , abarcando toda sua atividade. Quando estiver lidando com uma empresa não cumpridora das obrigações legais, poderão ocorrer dificuldades em conseguir toda essa documentação. O empresário faltoso sabe que precisa esconder pagamentos para não expor o “estouro” de seu caixa. Geralmente a documentação relativa ás atividades comerciais da empresa é apresentada , podendo haver alguma resistência com a documentação referente aos pagamentos dos encargos trabalhistas e financeiros, aluguéis, etc. É facultado ao auditor arbitrar esses valores e tal poderá ser feito com critérios rigorosos de forma a não se propiciar impugnações decorrentes de excessos cometidos. Para as despesas de pessoal , pode ser observado o número de funcionários e a partir daí , arbitrar seus salários , que são base de cálculo também para os encargos sociais e trabalhistas. Quanto aos aluguéis , pode ser feita pesquisa com o intuito de se apurar os preços praticados no mercado. As retiradas pró-labore de sócios , honorários de profissionais como contadores , advogados , administradores , também podem ser atribuídos em conformidade com os valores fornecidos pelos respectivos conselhos.

De posse da documentação de pagamentos e recebimentos , o auditor confeccionará o levantamento analítico da conta caixa conforme modelo sugerido a seguir:

LEVANTAMENTO ANALÍTICO DA CONTA

CAIXA

EXERCÍCIO:

	RECEBIMENTOS				PAGAMENTOS					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	= 4 - 9
Períodos	Vendas à vista	Receb. Duplicatas	Outros suprimentos	Total	Compras à vista	Fornecedores	Folha de pagtos.	Pagamentos diversos	Total pg.	SALDOS
Saldo Anterior										
Janeiro										
Fevereiro										
Março										
Abril										

* Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo..PROCAF, Programação e Controle da Ação Fiscal.

O saldo anterior para inclusão no levantamento pode ser obtido através da declaração de rendimentos da empresa referente ao exercício anterior. Como se vê , através desse levantamento , tem-se uma visão bastante sintética do que é o caixa de uma entidade como resultado de seu movimento de recebimentos menos pagamentos.

Empresas com contabilidade organizada:

Por muitas razões , as grandes empresas necessitam de uma contabilidade organizada, bem como controles internos que realmente funcionem. Porém , muitas pequenas e médias empresas também possuem sistemas modernos de contabilidade. Nesses casos , a diferença básica entre os exames que o profissional terá que fazer será o volume da documentação a ser examinada. O Auditor fará um “cruzamento” entre os documentos de pagamentos e os valores lançados no caixa. Como a quantidade de documentos é grande , muitas vezes poder-se-a adotar a amostragem como método de auditoria. Nesses casos , pode ser escolhido um período para verificação , e ali , concentrar os esforços conferindo a fidedignidade dos lançamentos contábeis. Além desses exames , outros são necessários e devido ao fato de não serem muito trabalhosos , devem abarcar todo o exercício financeiro auditado. Tal é o caso da conferência dos suprimentos do caixa. Primeiro deve-se verificar se os recebimentos lançados no caixa são de fato receitas auferidas legalmente pela empresa com a emissão das respectivas notas fiscais. Terminada a fiscalização da receita oriunda das atividades normais da empresa, passa-se á verificação dos “outros suprimentos” que são débitos lançados á conta caixa e ou bancos, não oriundos de receitas operacionais. E esses suprimentos tanto podem ser empréstimos bancários como de pessoas físicas , adiantamentos de clientes , etc. Essa verificação contempla sua legalidade , autenticidade e as repercussões tributárias. Prosseguindo na auditoria , será efetuada uma verificação nas contas do passivo com o fim de verificar sua autenticidade. Contas como *duplicatas a pagar* , *contas a pagar* , devem ser examinadas cuidadosamente. Essas contas podem conter o chamado “*passivo fictício*” que nada mais é que a tentativa da empresa de esconder pagamentos. Na verdade , houve o desembolso de numerário para cobrir obrigações já vencidas e ainda pendentes nessas contas. Ocorre que para não lançar esses pagamentos a crédito da conta correta , o caixa , são mantidos como não pagos. Cabe lembrar, que quando nos referimos aqui ao “ caixa” , estamos englobando todas disponibilidades da empresa , incluindo aí evidentemente a conta bancos.

CONCLUSÃO

A Fiscalização do caixa e demais contas de disponibilidades deve ser bastante praticada na auditoria fiscal. Não deve passar despercebido que essa importância está ligada diretamente à particularidade dessas contas de praticamente “enfeixarem” quase todo o movimento da empresa. Aprofundando-se nesse tipo de fiscalização, o auditor fiscal estará queimando etapas e obtendo informações sobre o “quantum” do movimento comercial tributário da empresa, sem a necessidade de estender mais ainda seus levantamentos e sondagens. Enquanto na auditoria contábil o principal trabalho do profissional é atestar a fidedignidade das demonstrações contábeis, na auditoria fiscal esse trabalho volta-se para a verificação das receitas ofertadas à tributação. Entretanto, as conclusões válidas para o trabalho fiscal também o são para a empresa e suas auditorias, tanto interna como externa, na medida que contribuem para ressaltar o cuidado que se deve ter com esse grupo de contas. A visão simplificada do caixa da empresa contribui para que se veja dessas contas como um depósito de liquidez onde não há lugar para mistificações ou ilusões. De fato, em se tratando de dinheiro não há como fugir da dura realidade, têm-se ou não. Esse, o trabalho do auditor fiscal, se houve dinheiro para cobrir despesas deve-se apurar a regularidade de suas fontes. A Contabilidade tem caminhado na direção de reconhecer a importância do caixa para todos os interessados na continuidade das empresas. Cabe a seus usuários, incluído aí o Fisco, saber interpretar e tirar conclusões proveitosas de seus demonstrativos e levantamentos.

REFERÊNCIAS:

Lima , Paulo Gildo de Oliveira. Auditoria Fiscal-Contábil.3.ed.João Pessoa: UFPB, 1992.

Santi, Paulo Adolpho. Introdução á Auditoria. São Paulo: Atlas , 1988.

Cardozo, Júlio Sérgio de Souza. Auditoria das Disponibilidades. Revista Brasileira de Contabilidade, no.111.

Espírito Santo. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Fazenda. Manual do Procaf. Programação e Controle da Ação Fiscal. Vitória, 1998.

_____.Secretaria de Estado da Fazenda. Manual de procedimentos fiscais. Vitória, 1989.

Souza, Benedito Felipe de. Contribuição ao Estudo da Estruturação do Roteiro de execução da Auditoria Fiscal e Contábil na Fiscalização do I.C.M.S. no Estado de São Paulo. 1995. 185 p. Tese de Dou – torado apresentada á FEA-USP. São Paulo ,1995.

Salomão ,José. Auditoria de Caixa e Bancos. Revista Brasileira de Contabilidade, n.25